



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

AGEPAR - CURSO DE FORMAÇÃO

EDITAL Nº 01/2018

DATA DA PROVA: 01/06/2018

CARGO:

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO - TODAS AS ÁREAS

(NÍVEL SUPERIOR)

Conhecimentos Específicos: 01 a 30.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. De acordo com o art. 5º da Lei Complementar 94, de 23 de julho de 2002, compete à AGEPAR regular, fiscalizar e controlar os serviços públicos delegados de infraestrutura do Paraná. É INCORRETO afirmar que estão compreendidos nos serviços de competência da AGEPAR:

- a) Ferrovias; terminais de transportes ferroviários e travessias marítimas, fluviais e lacustres.
 - b) Exploração da faixa de domínio da malha viária; inspeção de segurança veicular e distribuição e comercialização de gás canalizado.
 - c) Rodovias; terminais de transportes rodoviários e transporte rodoviário coletivo municipal de passageiros.
 - d) Abastecimento de água potável; esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
-

02. Sobre o exercício da competência sancionatória pela AGEPAR, é CORRETO afirmar:

- a) As penalidades serão aplicadas à pessoa jurídica infratora, não sendo cabível punição aos seus administradores ou controladores.
 - b) A AGEPAR poderá aplicar, sucessivamente, as penalidades de advertência, multa e outras sanções de natureza administrativa, observadas as disposições das Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem como as demais normas aplicáveis, a depender do caso.
 - c) A AGEPAR dará publicidade aos trâmites do processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades.
 - d) Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que o prestador tenha sido advertido ou multado anteriormente, no âmbito do mesmo contrato de prestação de serviços, dentro do período de três anos, contados desde a publicação da decisão administrativa da qual não caiba mais recurso, no Diário Oficial do Estado, até a notificação de instauração do Auto de Infração.
-

03. De acordo com a Lei Complementar 94/2002 e o organograma da AGEPAR, assinale a alternativa que corresponde aos órgãos da Direção Superior da Agência:

- a) Conselho Diretor; Diretor Presidente; Diretor de Relações Institucionais e de Ouvidoria; Diretor de Regulação Econômica e Financeira; Diretor Jurídico e Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços.

b) Diretor Presidente; Diretor de Relações Institucionais e de Ouvidoria; Diretor de Regulação Econômica e Financeira; Diretor Jurídico e Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços.

c) Conselho Consultivo; Conselho Diretor; Diretor Presidente; Diretor de Relações Institucionais e de Ouvidoria; Diretor de Regulação Econômica e Financeira; Diretor Jurídico e Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços.

d) Gabinete; Diretor Presidente; Diretor de Relações Institucionais e de Ouvidoria; Diretor de Regulação Econômica e Financeira; Diretor Jurídico e Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços.

04. De acordo com a Lei Complementar 94/2002, assinale a alternativa CORRETA:

a) A AGEPAR é vinculada ao Governador do Estado do Paraná e orçamentariamente à Casa Civil.

b) A taxa de regulação não recolhida pelo devedor será inscrita em Dívida Ativa da AGEPAR, após esgotado o devido processo legal, no qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

c) Constituem receitas da AGEPAR os recursos oriundos da cobrança da taxa de regulação sobre os serviços públicos delegados.

d) Todas as alternativas estão corretas.

05. De acordo com a Lei Estadual 8.485, de 03 de junho de 1987, a estrutura organizacional do Poder Executivo é composta pela administração direta e pela administração indireta, sendo que:

a) A administração direta compreende serviços estatais dependentes, encarregados das atividades típicas da administração pública, exercidos exclusivamente pelas Secretarias de Estado.

b) Auxiliam diretamente o Governador do Estado no exercício do Poder Executivo o Vice-Governador e os Secretários de Estado e o dirigente principal de cada uma das entidades da administração indireta.

c) As empresas públicas são entidades de personalidade jurídica de direito público, autorizadas por lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio ou de afetação, capital majoritário do Estado, para o desempenho de atividades econômicas atípicas da administração pública, com fins lucrativos destinados à ampliação do capital de giro, constituição de reservas e reinvestimentos.

d) A administração indireta compreende os serviços instituídos para limitar a expansão da administração direta ou aperfeiçoar sua ação executiva no desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico ou social, usufruindo, para tanto, de independência funcional controlada, prestados por autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações.

06. Conforme a Lei Estadual 8.485, de 03 de junho de 1987, o âmbito de ação da Casa Civil NÃO compreende:

- a) A administração da atividade de planejamento governamental mediante a orientação normativa e metodológica às Secretarias de Estado na concepção e desenvolvimento das respectivas programações.
- b) A assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política.
- c) A promoção, coordenação e acompanhamento das ações do Governo Estadual nos municípios, em articulação com as demais secretarias e entidades públicas.
- d) A análise, elaboração e preparação de mensagens, anteprojetos de lei e demais atos administrativos.

07. Nos termos do Regimento Interno da AGEPAR, sobre a atuação da Agência, é INCORRETO afirmar:

- a) No exercício de suas atribuições, a AGEPAR poderá contratar com terceiros a execução de serviços complementares e de apoio aos de sua competência.
- b) Ao tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração da ordem econômica, a AGEPAR poderá, ao seu critério, comunicá-lo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça ou à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, conforme o caso.
- c) Cabe à AGEPAR regular os serviços públicos delegados e proceder a sua permanente fiscalização e controle, especialmente nos casos de monopólios naturais.
- d) Compete à AGEPAR atender ao usuário mediante o recebimento, processamento e provimento de reclamações e sugestões relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, através da Ouvidoria da AGEPAR e em articulação com o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor e com a Ouvidoria do Estado do Paraná.

08. Do ponto de vista da teoria do bem estar, a eficiência econômica é atingida quando, sob concorrência perfeita, as transações:

- a) Permitem a cada um dos agentes econômicos maximizar seu bem estar sem que possam reduzir a de outros.

- b) Propiciem taxas de substituição de bens ou serviços distintas para cada um dos agentes econômicos envolvidos nessas transações.

- c) Propiciem cestas de consumo que são equitativamente distribuídas entre os agentes econômicos.

- d) Possibilitem, ainda que mantenham-se diferenças entre preços privados e preços sociais, a cada um dos agentes econômicos maximizar seu bem estar sem que possam diminuir a de outros.

09. Uma economia sob concorrência perfeita alcança eficiência alocativa de recursos quando:

- a) Apesar de quantidades demandadas superarem a fronteira de produção, as taxas de substituição dos consumidores igualem-se às taxas de transformação da produção.

- b) Ainda que leve um tempo para ajustamento, a interação entre consumidores e produtores e respectivas mudanças de preços relativos conduzem à equalização das quantidades demandadas com a fronteira de produção.

- c) Apesar de quantidades demandadas estabelecidas abaixo da fronteira de produção, as taxas de substituição dos consumidores igualem-se às taxas de transformação da produção.

- d) Ainda que leve um tempo para ajustamento, a interação entre consumidores e produtores e respectivas mudanças de preços relativos conduzem tanto à equalização das taxas de substituição dos consumidores e de transformação da produção como das quantidades demandadas com a fronteira de produção.

10. Setores de infraestrutura (energia, combustíveis, transportes) constituem foco de regulação por apresentarem:

- a) Baixa exigência de capital fixo.

- b) Tendência à concentração em virtude de elevados custos de transação.

- c) Demanda elástica por seus produtos.

- d) Reduzida geração de externalidades sobre outras atividades produtivas.

11. Um dos problemas gerados por externalidades que elevam o custo social de produção de uma determinada atividade:

- a) É fazer com que o mercado se equilibre sob preços elevados e quantidades ofertadas insuficientes pela atividade.

- b) É gerar uma quantidade excessiva de produção do ponto de vista da sociedade.

- c) É induzir preços do bem ou serviço superiores àqueles requeridos do ponto de vista da sociedade.
d) É propiciar os resultados de todas as alternativas anteriores.
-

12. A regulação de atividades que exploram propriedades comuns deve ter por foco principal:

- a) Evitar a atuação de empresas monopolistas.
b) Buscar a limitação quantitativa de exploração da atividade como forma de redução do custo social.
c) Reduzir assimetria de informações.
d) Ampliar a atuação de empresas monopolistas.
-

13. A iluminação de locais públicos como praças e ruas constitui um bem público porque:

- a) É rival, porém, não exclusiva.
b) É não rival e exclusiva.
c) É não rival e não exclusiva.
d) Nenhuma das anteriores.
-

14. Tomando por base a teoria do bem estar, instrumentos de regulação ao combater efeitos da concentração de mercado em poucas empresas procuram:

- a) Reduzir externalidades.
b) Reduzir custos de transação.
c) Lidar com a característica de rivalidade do bem ou serviço regulado.
d) Induzir a ampliação das quantidades ofertadas do bem ou serviço ao mercado.
-

15. Na existência de custos de transação, a regulação se faz necessária, entre outras motivações, por conta de:

- a) Alta divisibilidade ou flexibilidade tecnológica da produção dos setores regulados.
b) Comportamentos oportunistas por parte das empresas junto à órgãos reguladores.
c) Simetria das informações entre os agentes envolvidos.
d) Direitos de propriedade bem definidos.
-

16. Sobre a direção nas agências regulatórias nos modelos brasileiro e norte americano:

- a) No Brasil a direção das agências regulatórias não é colegiada, enquanto que nos Estados Unidos sim, contando com um *chairman*.

b) No Brasil a direção das agências regulatórias é colegiada, com um Presidente. Nos Estados Unidos também é colegiada, com um *chairman*.

c) Nos Estados Unidos a direção das agências regulatórias não é colegiada, assim como não é no Brasil.

d) Apesar da direção das agências regulatórias brasileiras ser colegiada, com um Presidente, assim não é nas agências norte americanas, nas quais as decisões estão concentradas exclusivamente nas mãos de um *chairman*.

17. A nomeação do Presidente das Agências Reguladoras Federais, no Brasil, ocorre:

a) Por indicação do Presidente da República, o qual tem a palavra final sobre tal decisão.

b) Por indicação da maioria dos Senadores da República.

c) Por indicação do Presidente da República, com a sabatina do Senado.

d) Após a indicação do nome pelo Senado, o mesmo é sabatinado pela Câmara dos Deputados, sendo que a aprovação final é de competência do Presidente da República.

18. Os Diretores das Agências Reguladoras Federais:

a) São titulares de cargo em comissão, sem estabilidade.

b) São titulares de cargo em comissão, mas com estabilidade.

c) Não são titulares de cargo em comissão.

d) São titulares de cargo em comissão, com mandato fixo de seis meses, sem recondução.

19. Sobre o controle dos atos praticados pelas agências reguladoras:

a) Não são passíveis de revisão, exceto pela própria agência.

b) São passíveis de revisão pelas demais agências reguladoras.

c) Não são passíveis de revisão, em nenhuma hipótese.

d) São passíveis de revisão pelo Poder Judiciário.

20. Sobre a AGEPAR, considerando o disposto no Regulamento da AGEPAR, aprovado por meio do Decreto Estadual 7765/2017, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A AGEPAR é uma sociedade de economia estadual, com personalidade jurídica de direito privado.
- b) A AGEPAR constitui-se como autarquia, sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público.
- c) A AGEPAR constitui-se como empresa pública estadual, sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público.
- d) A AGEPAR constitui-se como autarquia, sob regime especial, com personalidade jurídica de direito privado.

21. Considerando o Regulamento da AGEPAR, aprovado por meio do Decreto Estadual 7765/2017, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Conselho Consultivo da AGEPAR é composto por 11 conselheiros, designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, para um mandato de três anos, sem direito a recondução para o período imediatamente subsequente, cujas funções não serão remuneradas.
- b) A atividade da AGEPAR será juridicamente condicionada pelos princípios da legalidade, celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, igualdade, devido processo legal, publicidade, moralidade e eficiência.
- c) À AGEPAR não é conferida independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária, financeira, técnica e funcional, sendo dependente, em todos estes aspectos, ao Poder Executivo Estadual.
- d) A AGEPAR tem por finalidade institucional exercer o poder de regulação, normatização, controle, mediação e fiscalização sobre os serviços públicos submetidos à sua competência, respeitados os princípios insertos no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

22. De acordo com o disposto na Lei Federal 11.909, de 04 de março de 2009, conhecida como Lei do Gás, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, somente mediante o regime de concessão.

b) A atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, somente mediante o regime de autorização.

c) A atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, somente mediante o regime de autorização, esta precedida de processo licitatório.

d) A atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, somente mediante os regimes de concessão, precedida de licitação ou autorização.

23. Sobre o surgimento das Agências Reguladoras no Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

a) O surgimento das agências reguladoras no Brasil, denominado “agencificação”, iniciou-se no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, a primeira.

b) A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL foi a primeira agência reguladora criada no Brasil. A sua criação deu-se por meio da Lei Federal 9.427, de 26 de dezembro de 1996, tendo como supervisor o Ministério de Minas e Energia.

c) As primeiras agências reguladoras no Brasil remontam às origens do Estado Brasileiro, a partir do processo de *state building* da era Vargas, quando houve no país vários processos de reforma do Estado.

d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

24. Um dos dispositivos utilizados para a melhoria da qualidade de regulação é a Análise de Impacto Regulatório (AIR), considerada um instrumento de apoio para a tomada de decisão. Sobre a AIR, é correto afirmar que:

a) A AIR (Análise de Impacto Regulatório) é uma avaliação ex ante dos custos e benefícios de novas propostas de regulamentação. Regulamentações já existentes não estão sujeitas a AIR, sendo, portanto, imutáveis.

b) A AIR é uma ferramenta essencial para ajudar os governos a avaliar os potenciais impactos econômicos das propostas regulatórias. Deste modo, a AIR substitui a tomada de decisão política.

c) A AIR não é um substituto para a tomada de decisão política, mas contribui para seu desenho fornecendo informação e justificativas consistentes para a ação do governo.

d) AAIR é uma avaliação ex post, ou seja, é realizada posteriormente à elaboração da lei, norma ou regra, funcionando como um instrumento de repressão ao processo de tomada de decisão, quando esteja em desacordo com as políticas públicas.

25. A respeito da Análise de Impacto Regulatório, assinale a alternativa CORRETA:

a) AAIR contribui para o fortalecimento da governança regulatória e para a melhoria da competitividade do país, via um ambiente regulatório mais sólido.

b) A AIR não é modelo institucionalizado para análise, sendo assim, não contribui para a difusão de uma cultura e linguagem comum em matéria de regulação.

c) A AIR pode ser entendida como um documento ou relatório analítico e não serve para questionar proposta de política.

d) A AIR parte de uma estruturação simples e não pode ser adaptada.

26. A administração pública no Brasil assumiu atribuições diversificadas desde o início do processo de desestatização, o que se deu nos anos 1990. Instituiu-se o “Estado Regulador”, tendo sido criadas novas agências e marcos regulatórios, devido à transferência de alguns serviços públicos à iniciativa privada (concessões, permissões, publicizações). Com relação à gestão da regulação no Brasil, é INCORRETO afirmar:

a) O Governo Federal vem buscando a adoção das melhores práticas internacionais, incluídos os parâmetros adotados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

b) O Brasil faz parte da lista dos 35 países que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

c) Em 2007, foi instituído no Brasil o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação (PRO-REG), resultado de uma parceria entre Casa Civil e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que tem por finalidade contribuir para a melhoria do sistema regulatório.

d) O PRO-REG é coordenado por um Comitê Gestor liderado pela Casa Civil e com a participação do Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

27. Segundo orientações da OCDE, os pré-requisitos de uma boa AIR são os seguintes: (i) uso de sistemas de informação e bancos de dados consolidados; (ii) adoção de instrumentos de transparência e comunicação com os públicos-alvo; (iii) processo racional de tomada de decisão; e (iv) elaboração de agenda regulatória. Considerando-se esses pré-requisitos, é CORRETO afirmar, em relação à AIR e às Agências Reguladoras no Brasil, que:

a) Com relação ao uso de informação e bancos de dados consolidados, é possível concluir-se que, atualmente, os níveis de AIR são iguais entre as Agências, haja vista que todas possuem o mesmo nível de capacidade informacional.

b) No que diz respeito aos instrumentos de transparência, todas as Agências já adotam a consulta pública.

c) Em relação ao processo racional de tomada de decisão, a produção normativa dos órgãos, de forma geral, baseia-se em estudos complexos, de natureza quantitativa, que recorrem às informações presentes nos bancos de dados das Agências e ao processo de CP.

d) Todas as Agências já adotam o processo de elaboração de agenda regulatória, responsável por especificar prioridades da regulamentação num determinado espaço de tempo.

28. O PRO-REG foi criado com a finalidade de, em suma, contribuir para a melhoria do sistema regulatório e da qualidade da regulação. Desde a década de 2000, a Casa Civil, por meio da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG), esteve diretamente envolvida em ações relativas ao fortalecimento do Sistema Regulatório Brasileiro. Tendo em vista o caráter estratégico dessas ações, o fortalecimento do Sistema Regulatório Brasileiro foi definido como prioritário. A respeito das ações decorrentes dessa iniciativa, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Foi publicado pelo Senado o Projeto de Lei - PLS nº 52/2013, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras. O PLS foi aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2016 e atualmente tramita na Câmara dos Deputados (PL nº 6621/2016).

b) O PL nº 6621/2016, denominado de Lei Geral das Agências Reguladoras, prevê uma seleção pública e a elaboração de uma lista tríplice para que o Presidente da República indique o presidente ou diretores dessas autarquias, que continuarão sendo sabatinados pelo Senado.

- c) O PL nº 6621/2016 prevê a obrigatoriedade de elaborar a Análise de Impacto Regulatório antes da tomada de decisão, somente em relação a atos normativos que afetem agentes econômicos.
- d) Como primeiro resultado dos trabalhos sobre as boas práticas regulatórias, foram elaboradas conjuntamente as Diretrizes Gerais e Roteiro Analítico Sugerido para Análise de Impacto Regulatório – Diretrizes Gerais AIR e o Guia Orientativo para elaboração de AIR – Guia AIR, ambos levados à consulta pública que teve seu resultado final publicado em março de 2018.

29. A hipertrofia do Estado o impossibilita de exercer algumas funções, permitindo-se, assim, a outros entes, o poder de regular segundo as normas da política regulatória. As Agências Reguladoras, instituídas para exercer atividades exclusivas de Estado, possuem autonomia e independência. Sobre o papel das Agências Reguladoras e das suas Ouvidorias, é INCORRETO afirmar:

- a) Compete às Agências Reguladoras primar pelo equilíbrio entre as partes (sociedade, organizações reguladas e Estado), de modo a assegurar imparcialidade e neutralidade no exercício dos poderes regulatórios.
- b) A ação regulatória dá-se por meio de: (i) leis; (ii) regulamentos; e (iii) regras editadas pelo Poder Público e por entidades às quais o governo delega poderes regulatórios ou normativos.
- c) Um dos principais legitimadores da Ouvidoria é a sua integração com os órgãos de defesa dos direitos do consumidor.
- d) Considerando-se o papel atribuído às Ouvidorias como canal de comunicação com o cidadão, a instituição da Ouvidoria, por si, é suficiente para garantir a inserção da perspectiva do cidadão no processo decisório do sistema.

30. O Ombudsman, ou Ouvidoria, deve ser compreendido como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado, permitindo que suas críticas e sugestões subsidiem a melhoria dos serviços prestados. Ao lado da AIR, é também um dos dispositivos utilizados para a melhoria da qualidade da regulação. Sobre o ombudsman, ou ouvidoria, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ouvidoria constitui-se em importante instrumento de aperfeiçoamento do controle social e da comunicação entre o cidadão e a administração pública, na medida em que possibilita à sociedade expressar as suas necessidades e fornecer informações para a melhoria dos serviços públicos.
- b) Autonomia administrativa e orçamentária; matéria-prima (atuação sobre todos os órgãos e agentes da administração); independência; acessibilidade; transparência e magistratura de persuasão (atuação limitada à apresentação de sugestões e recomendações), são as principais características definidoras do Ombudsman.
- c) A atuação do Ombudsman é ilimitada, possuindo liberdade para tomar decisões, atuar sobre todos os órgãos e agentes da administração direta e indireta, independência de atuação, acesso direto e sem intermediação a informações, bem como competência anulatória de atos e decisões contrárias ao cidadão.
- d) Comparando às experiências internacionais, o desenvolvimento da Ouvidoria (Ombudsman) no Brasil está entre o mais rápido crescimento e maior extensão no mundo.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

Divulgação do Gabarito Preliminar às 17 horas do dia 03/06/2018.